

TERMO DE REFERÊNCIA
FORNECIMENTO DE JORNAIS E REVISTAS EM VERSÃO DIGITAL

ANTAQ

1. DO OBJETO

1.1. Contratação para prestação de serviços de fornecimento de jornais e revistas, em versão digital, sem dedicação exclusiva, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

Item	Descrição	Quantidade de Assinaturas Digitais	Unidades Organizacionais
1	Jornal Folha de São Paulo	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
2	Jornal Correio Braziliense	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
3	Jornal o Globo	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)

4	Jornal Valor Econômico	6	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT) URERJ
5	Jornal O Estado de São Paulo	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
6	Jornal A Tarde	1	URES
7	Jornal O Liberal	1	UREBL
8	Jornal A Tribuna de Santos	1	URESP
9	Jornal Diário Catarinense	1	UREFL
10	Jornal Diário da Amazônia	1	UREPV
11	Jornal Diário de Pernambuco	1	URERE
12	Jornal A Crítica	1	UREMN
13	Jornal A Gazeta do Povo	1	UREPR
14	Jornal Zero Hora	1	UREPL
15	Jornal O Estado do Maranhão	1	URES
16	Jornal Correio do Estado	1	URECO
17	Jornal Diário do Nordeste	1	UREFT
18	Jornal A Gazeta Online	1	UREVT
19	Revista Veja	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
20	Revista Época	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR)

			Diretoria (DT)
21	Revista Carta Capital	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
22	Revista Exame	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
23	Revista Isto É	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
24	Revista Portos e Navios	5	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI) Biblioteca (CITAQ) Diretoria-Geral (DG) Diretoria (DR) Diretoria (DT)
25	Revista Crosué	1	Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI)
	TOTAL	70	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviços de fornecimento de jornais e revistas, em versão digital, visa atender às necessidades da ANTAQ, tanto da sede quanto das suas Unidades Administrativas Regionais, no que se refere ao acesso às informações/notícias veiculadas pela imprensa nacional e regional, assim como, pela imprensa especializada que cobre o setor aquaviário o qual a

ANTAQ regula. O não atendimento da demanda ocasionará a supressão de ferramentas para o trabalho diário de inúmeras áreas da ANTAQ, assim como a impossibilidade de dar atendimento às consultas e pesquisas solicitadas pelo público interno e externo.

- 2.2. Consoante o leque de atribuições conferidas em seu regimento interno, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ necessita de informações pontuais se valendo dos veículos de mídia informados neste Termo de Referência, uma vez que a atuação no campo regulador e fiscalizador traz consigo atualização periódica de temáticas relativas ao setor. Sendo assim, informações acerca da economia, política, e assuntos em geral, em escala nacional e internacional, são imprescindíveis para o bom desempenho das atividades finalísticas da Agência.
- 2.3. A contratação deverá ser centralizada na Sede da ANTAQ, uma vez que as Unidades Administrativas Regionais da ANTAQ não possuem autonomia financeira para possibilitar a contratação individualizada.
- 2.4. Desde 2014, a ANTAQ manteve o contrato CONT-SAF-ANTAQ Nº 23/2014, Processo SEI nº 50300.001154/2014-16, com a empresa JM TORRES JORNAIS E REVISTAS LTDA – EPP. A prestação do serviço foi fiscalizada diariamente pela Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI), tendo sido prestado um serviço com qualidade, competência e presteza. Entretanto, a Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais (ARI), buscando modernizar o serviço prestado, com mais eficiência e praticidade, optou pela alteração na forma de fornecimento dos periódicos.
- 2.5. Além disso, deve-se ressaltar que a Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, que dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços, decreta, em seu artigo 1º, inciso VI, que “fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas ao fornecimento de jornais e revistas em meio impresso”. Dessa forma, a referida contratação precisou passar por adaptações, retirando a disponibilização de periódicos em meio impresso, atendendo à legislação vigente.
- 2.6. Em suma, busca-se, com a nova contratação, modernizar a forma de recebimento destas informações, priorizando o fornecimento de periódicos na forma digital, com maior celeridade à informação e eficiência no gasto público. Dessa forma, em virtude da recente publicação da Portaria supracitada, a contratação se concentrará apenas em acessos online de jornais e revistas, facilitando o acesso aos periódicos para os usuários em smartphones, tablets e outros dispositivos móveis que suportem os aplicativos dos jornais e revistas.
- 2.7. Vale ressaltar ainda que, a partir de agosto de 2019, a contratação foi feita por meio de dispensa de licitação. Foram feitas contratações individualizadas, para cada editora fornecedora de jornal e/ou revistas. Assim, para cada jornal e para

cada revista, foi gerado um processo de dispensa de licitação. Além disso, as tratativas de contratação eram feitas diretamente com as respectivas editoras. Nesse modelo de contratação, esta ARI enfrentou uma série de dificuldades e problemas:

2.7.1. Dificuldade em acompanhar os 24 processos de contratação de fornecimento de acesso de jornais e revistas gerados. Diante das demais atribuições da ARI e de seus colaboradores, existem diversos assuntos que são mais urgentes e que demandam mais tempo da equipe. A contratação de serviço de fornecimento de jornais e revistas, percebe-se, é algo simples, que não deveria demandar tempo para solucionar eventuais problemas durante a prestação do serviço. Além disso, como as 24 contratações foram individuais, foram gerados prazos diferentes de fornecimento de acessos. Alguns periódicos iniciaram a prestação do serviço em setembro de 2019, e outros apenas em dezembro de 2019, ou seja, em um espaço de 04 meses entre as primeiras e últimas contratações. Isso também gera dificuldade no controle dos contratos, já que não estão em seus prazos de validade no mesmo período de tempo.

2.7.2. Recorrentemente, ocorrem problemas de acesso aos periódicos. E, em algumas situações, a ARI, que é a fiscal dos contratos, não toma conhecimento imediato do problema, especialmente quando alguma Unidade Regional fica sem acesso.

2.7.3. As dificuldades de contato com as editoras de jornais e revistas são constantes, e estas muitas vezes não solucionam os problemas, que geralmente consistem na impossibilidade de acessar com o login e a senha fornecidos. Há muita perda de tempo tentando resolver problemas simples. Dessa forma, o controle de qualidade na prestação do serviço é prejudicado, já que, eventualmente, é difícil calcular quantos dias ficamos sem acesso disponibilizado. Em alguns casos, o pagamento foi exigido de forma antecipada, o que piora a situação.

2.7.4. Por fim, houveram situações de editoras em que foi tentado o contato e a contratação, porém, não foram finalizadas, por dificuldade de contato com as empresas. Foi o caso da Revista Isto É, Carta Capital, Jornal o Liberal, e Diário do Nordeste.

2.8. Diante do exposto nos itens acima, julgamos ser mais eficiente, eficaz e necessário a contratação de todos os periódicos de forma unitária, e não individual, como foi feito no ano anterior. Percebe-se na pesquisa de preços efetuada que o valor de fato aumenta um pouco, mas ainda assim, o custo está bem menor do que quando a Portaria citada acima foi publicada. Além disso

verificou-se que nos demais órgãos públicos, a contratação é feita de forma unitária, sendo todos os periódicos fornecidos em apenas um contrato.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A prestação do serviço de fornecimento de jornais e revistas, em versão digital, sem dedicação exclusiva, à ANTAQ, será realizada conforme discriminado abaixo:

3.1.1. Versão Digital

3.1.1.1. As versões digitais dos periódicos (jornais e revistas) deverão ser fornecidas, por meio de códigos de acesso e/ou login e senha para realização de consulta aos respectivos jornais e revistas digitais, não acarretando qualquer ônus adicional, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da assinatura do Contrato**, conforme Tabela constante do item 1 – Do Objeto deste Termo de Referência.

3.1.1.2. Deverão ser disponibilizados todos os acessos online para realizar a utilização dos serviços e, caso seja necessário utilizar plataforma alternativa, a Contratada deverá instruir corretamente a Agência.

3.1.1.2.1. A Contratante deverá ser comunicada de quaisquer alterações nos acessos online.

3.1.1.2.2. Na ocorrência de problemas de acesso à plataforma por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer alternativa de solução ou solucionar o problema no prazo solicitado pelo fiscal do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

4.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

4.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

4.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

4.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

4.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 5.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 5.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

6. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1. A Unidade responsável pelo recebimento e atesto da Nota Fiscal desta contratação é a Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais.
- 6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.4. O pagamento deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.
- 6.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto contratado.
- 6.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, dos documentos pertinentes à contratação, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 7.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 7.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 7.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.1.5. Cometer fraude fiscal.

7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.2.2. Multa de:

7.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

- 7.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 7.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 7.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 17.1 deste Termo de Referência.
- 7.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.3. As sanções previstas nos subitens 7.2.1, 7.2.3, 7.2.4 e 7.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01

9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

7.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo indicado na Guia de Recolhimento da União – GRU, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 7.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo. Vale ressaltar que foi realizada ampla pesquisa de mercado, para compreensão de como estão os custos no mercado para este tipo de serviço.

8.1.1. Foram analisadas ainda contratações de outros órgãos públicos para este objeto. Tais contratos podem ser levados em conta apenas para identificar que a contratação tem sido feita em apenas um contrato, englobando todos os periódicos de interesse, e não de forma individualizada. Os custos destes contratos não podem ser levados em conta, tendo em vista que os tipos de jornais e revistas e as quantidades variam muito, de acordo com o interesse e a necessidade de cada órgão público.

8.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada no mercado, conforme tabela abaixo:

EMPRESA / ÓRGÃO PÚBLICO	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO POR 12 MESES
ELDEX DISTRIBUIDORA	R\$ 26.484,00
JMT DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA	R\$ 26.896,02
GT DISTRIBUIDORA	R\$ 28.590,00
CONTRATO SENADO FEDERAL	R\$ 137.680,32

CONTRATO CADE	R\$ 12.928,62
CONTRATO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	R\$ 26.687,75
CONTRATO ANTT	R\$ 24.999,96

Brasília-DF, agosto de 2020.

CAROLINA BATISTA PAZ

CLÁUDIA ANDREZA RESENDE